



GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a

Os efeitos e as consequências da crise global ambiental não são vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudanças climáticas. A proposta deste GT é refletir sobre as relações entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais à luz da noção de justiça ambiental. A noção de justiça ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposição a riscos ambientais (poluição, resíduos, inundações, etc.) quanto da exclusão dos grupos marginalizados e discriminados na concepção e implementação de políticas. Considera as questões relacionadas com a degradação do meio ambiente, o esgotamento ou a exploração excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de poluição, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justiça alimentar, justiça climática e justiça ecológica constituem novos campos de mobilização e de pesquisa. A atualidade e relevância da temática permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injustiças ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; catástrofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explorações desenfreadas em territórios indígenas; migrações ambientais; a tragédia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas excluídas das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estratégias de sustentabilidade nas quais a justiça ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

O conceito de justiça socioambiental e a experiência de produção de sementes do MPA

Autoria: Suenia Cibeli Ramos de Almeida

A perda da agrobiodiversidade representada pela substituição das sementes crioulas por sementes transgênicas e híbridas nos sistemas agroalimentares dos camponeses pode ser caracterizada como um efeito não apenas de injustiças socioambientais atuais, mas sobretudo resultado de um legado histórico do conflito socioambiental fundador da concentração de terra no Brasil. O presente work objetiva analisar como essas injustiças socioambientais são instaladas e perpetuadas por meio da experiência do Movimento de Pequenos Agricultores - MPA/Brasil - com a produção de sementes crioulas e convencionais operacionalizada, no período de 2004 a 2014, no estado de Santa Catarina. A pesquisa de campo foi realizada nos anos de 2015 e 2016 com camponeses, dirigentes do MPA, pesquisadores e gestores envolvidos no processo por meio de entrevistas e visitas in loco na experiência. Desse processo pode-se concluir que o legado da concentração de terra no país permanece como um dos principais conflitos socioambientais atuais, aprofundado por uma matriz tecnológica excludente que mantém e reforça os condicionantes para uma justiça socioambiental no campo.



Realização:



Apoio:



Organização:

